

LIDO, AUTUE-SE E INCLUA EM PAUTA

Assembleia Legislativa do Estado de Fondônia. 9 NOV 2024

Oloo DEZ 2024

Protocolo: GOS/24

AUTOR: MESA DIRETORA

Autoriza a concessão de verba de representação pelo exercício das funções de Presidente e Membro da Mesa Diretora; Líder de Bancada ou Bloco Parlamentar; Liderança de Governo e Partidária; e Presidente de Comissão Permanente, bem como de auxíliomoradia aos Deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de verba de representação pelo exercício das funções de Presidente e Membro da Mesa Diretora; Líder de Bancada ou Bloco Parlamentar; Liderança de Governo e Partidária; e Presidente de Comissão Permanente, bem como de auxílio-moradia aos Deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, cuja regulamentação dar-se-á por meio de Resolução.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 9 de dezembro de 2024.

Deputado MARCELO CRUZ

Presidente

Deputado JEAN OLIVEIRA

1ª Vice-Presidente

Deputado RIBEIRO DO SINPOL

Vice-Presidente





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Assembleia Legislativa do Estado de Rondonia.		
PROTOCOLO	PROJETO DE LEI	N _o
AUTOR: MESA DIRETORA		Sample (8)
	Deputado JEAN MENI 2º Secretário Deputado ALEX REI 4º Secretário	



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROJETO DE LEI

AUTOR: MESA DIRETORA

JUSTIFICATIVA

A presente propositura decorre do atendimento da recomendação constante da alínea "l" e "m" da Notificação Recomendatória Conjunta nº 001/2024/MPC/MPE, segundo a qual, em atenção ao princípio da legalidade estrita (artigo 37, caput e inciso X, da CF), as matérias tratadas nas Resoluções Legislativas nº 176/2011 e 180/2011 devem ser objeto de lei em sentido forma.

Nessa quadra, muito embora o Poder Legislativo compreenda que as Resoluções Legislativas possuem natureza jurídica de norma primária, com força de lei, decorrente do regular processo legislativo, a luz do disposto no artigo 59, VII, da Constituição Federal¹. Resoluções estas que tem como objeto o trato de competências privativas do Legislativo e de assuntos *interna corporis*, sendo, pois, regras revestidas de natureza legal, aptas a contemplar os temas respectivos. Fato é que em respeito ao diálogo institucional, optou-se por acatar a recomendação sobredita positivando a matéria em debate lei em sentido estrito, cuja redação tomou como parâmetro a norma o artigo 3°, *caput*, da Lei Complementar Estadual nº 902/2016².

Por fim, vale esclarecer que esta propositura não tem impacto orçamentário e financeiro, já que os valores referentes à verba de representação e auxílio em questão já são praticados, por força das Resoluções Legislativas nº 176/2011 e 180/2011.

Por essas razões, solicitamos o apoio e o voto dos Nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

² Art. 3°. Fica o Ministério Público do Estado de Rondônia autorizado, na forma do art. 50, XII da Lei n° 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, a conceder a seus membros: auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-saúde, auxílio-odontológico, auxílio-creche, auxílio-escola e auxílio-funeral, em valores definidos em regulamento expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.



¹ Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de: I - emendas à Constituição; II - leis complementares; III - leis ordinárias; IV - leis delegadas; V - medidas provisórias; VI - decretos legislativos; VII - resoluções.